

"Se você quer construir um navio, não reúna pessoas para coletar madeira e não atribua tarefas e trabalho a elas. O ideal é ensiná-las a ansiar pela imensidão infinita do mar"

Antoine de Saint-Exupery

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PRESIDENTE

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Haroldo Oliveira Rehem

CORREGEDOR

Desembargador Hilo de Almeida Sousa

VICE-CORREGEDOR

Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres

DIRETOR DA EJUD/PI

Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto

VICE-DIRETOR DA EJUD/PI

Desembargador Edvaldo Pereira de Moura

DESEMBARGADORES

Erivan José da Silva Lopes
Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro
Fernando Carvalho Mendes
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Joaquim Dias de Santana Filho
José Francisco do Nascimento
José James Gomes Pereira
José Ribamar Oliveira
Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho
Olimpio José Passos Galvão
Pedro de Alcântara da Silva Macêdo
Raimundo Eufrásio Alves Filho
Raimundo Nonato da Costa Alencar
Ricardo Gentil Eulálio Dantas

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

João Gabriel Furtado Batista
João Manoel de Moura Ayres
José Airton Medeiros de Sousa

JUÍZA INDICADA PELA VICE-PRESIDÊNCIA

Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa

JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA

Luiz de Moura Correia
Manoel de Sousa Dourado

JUIZ AUXILIAR DA VICE-CORREGEDORIA

Mário César Moreira Cavalcante

COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA

Des. Sebastião Ribeiro Martins
PRESIDENTE DO COMITÊ

Des. Hilo de Almeida Sousa
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Haroldo Oliveira Rehem
VICE-PRESIDENTE

Des. Oton Mário José Lustosa Torres
VICE-CORREGEDOR

Des. Fernando Lopes e Silva Neto
DIRETOR DA EJUD

Dr. José Airton Medeiros de Sousa
JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dr. Manoel de Sousa Dourado
JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Dra. Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa
JUÍZA INDICADA PELA VICE-PRESIDÊNCIA

Dr. Mário César Moreira Cavalcante
JUIZ AUXILIAR DA VICE-CORREGEDORIA

José Wilson Ferreira de Araújo Junior
SECRETÁRIO GERAL

Érika de Lima Gonçalves Oliveira
SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA

Sérgio Gonçalves de Miranda
SECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Roosevelt dos Santos Figueiredo
SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Francisco de Assis Ribeiro Madeira Campos Filho
SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Paulo Sílvio Mourão Veras
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL

Raimundo Antônio Cardoso
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO

Paulo Ivan da Silva Santos
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mônica Lopes de Carvalho e Silva Almeida
SECRETÁRIA DA CORREGEDORIA

Dr. Thiago Brandão de Almeida
JUIZ INDICADO PELA AMAPI

Manoel Alves de Araújo Filho
SERVIDOR EFETIVO INDICADO PELO SINDSJSU/PI

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Dr. José Airton Medeiros de Sousa
JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dra. Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa
JUÍZA INDICADA PELA VICE-PRESIDÊNCIA

Dr. Antonio Gomes de Oliveira
JUIZ INDICADO PELA EJUD

Andreia Irene de Oliveira
SEGES

Gleydson Vilanova Viana Coelho
STIC

Josué Almeida do Nascimento
CORREGEDORIA

Leandro Rodrigues Sampaio
VICE-PRESIDÊNCIA

Mônica Lopes de Carvalho e Silva Almeida
SECRETÁRIA DA CORREGEDORIA

Paulo Sérgio Rodrigues Leite
SEGES

Rodrigo Caetano Magalhães Dantas
SERVIDOR INDICADO PELA VICE-CORREGEDORIA

Sérgio Gonçalves de Miranda
SEGES

Thalison Clóvis Ribeiro da Costa
SEGES

SUMÁRIO



Apresentação	07
Mensagem Coletiva	08
..	
Identidade Institucional do Poder Judiciário do Estado do Piauí	09
Alinhamento Estratégico	10
Diretrizes para o biênio 2019/2020	11
Mapa Estratégico Institucional	12
Definição dos Macrodesafios	13
Eixo Temático – Governança:	
Ação: Avançar.....	16
Ação: Captar.....	17
Ação: Atualização dos Normativos Institucionais	18
Ação: PJPI Otimizado	19
Ação: PJPI Sustentável	20
Ação: Qualidade de Vida no Trabalho	21
Ação: Melhoria da Estrutura Física do PJPI	22
Ação: Selo Digital	23
Ação: Capacitação sem Fronteiras	24
Ação: Ampliação do BI Institucional	25
Ação: Proteção Integral da Criança	26
Ação: Concretizar os Direitos de Cidadania	28
Eixo Temático – Produtividade e Celeridade	
Ação: Digitalizar para Avançar	29
Ação: Baixar para Avançar	30
Ação: Conciliar: Sua Primeira Opção	31
Ação: Mulheres em Foco	32
Ação: Justiça Itinerante	34
Eixo Temático – Transparência:	
Ação: PJPI Transparente	35

APRESENTAÇÃO



A construção deste Plano de Gestão, biênio 2019/2020, teve como base a Estratégia 2015/2020 e as diretrizes dos gestores atuais da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, Vice-Corregedoria e Escola Judiciária e, de comum acordo, foram definidos os principais objetivos que direcionarão as ações do Poder Judiciário do Estado do Piauí (PJPI) nestes próximos dois anos.

O Plano de Gestão apresenta um conjunto de ações, alinhadas aos macrodesafios da estratégia 2015-2020 do PJPI, com etapas e responsáveis definidos, as quais foram agrupadas em três eixos temáticos: governança, produtividade e celeridade e transparência.

Numa etapa posterior, serão definidos gestores e equipes que serão responsáveis pela execução das etapas das ações, produzindo relatórios que comuniquem suas fases e os resultados alcançados.

O presente plano tem a finalidade de auxiliar a gestão na obtenção de melhores resultados, principalmente no tocante à celeridade na prestação jurisdicional e ao aumento da produtividade.

MENSAGEM COLETIVA

Alinhamento é a palavra que melhor define o Plano de Gestão 2019-2020, que ora apresentamos.

Em primeiro lugar, destacamos o alinhamento entre os gestores que assumiram a responsabilidade de conduzir os rumos do Tribunal de Justiça do Piauí neste biênio. Temos histórias, personalidades e estilos próprios, mas estamos fortemente comprometidos com um desafio: aumentar a celeridade da prestação jurisdicional.

A partir desta motivação basilar, assumimos o compromisso de alinharmos as ações da Presidência, representada pelo Presidente e Vice-Presidente, Corregedoria Geral de Justiça, capitaneada pelo Corregedor Geral e Vice Corregedor, e Escola Judiciária do Piauí, representada pelo seu Diretor e Vice-Diretor. Ao apresentarmos este Plano de Gestão contemplando ações de todas as unidades gestoras do nosso Tribunal, começamos a cumprir este compromisso.

O alinhamento deste Plano com as diretrizes da Estratégia do TJPI 2015-2020 também é motivo de destaque. Ao mantermos as linhas balizadoras inscritas no planejamento estratégico, que vem orientando as gestões desde o ano de 2015, reforçamos o compromisso com os avanços conquistados pelas gestões anteriores e garantimos a estabilidade administrativa tão necessária para viabilizar uma trajetória sustentável de avanços na gestão pública no âmbito do Poder Judiciário.

Nos colocamos em linha com as estratégias adotadas por todos os tribunais brasileiros, em especial pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, que atuam sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça buscando atingir níveis cada vez mais elevados de excelência na gestão do Poder Judiciário brasileiro.

Nesta caminhada buscamos estabelecer e reforçar parcerias com órgãos públicos cuja missão se alinha com o desafio de proporcionar justiça. Neste campo, o judiciário piauiense já vem obtendo êxito, colecionando iniciativas bem-sucedidas que mostram como a articulação entre diferentes áreas do poder público pode favorecer e agilizar a prestação de serviços para a coletividade.

Sabemos que os desafios são muitos, mas pretendemos vencê-los com trabalho sério e diuturno, buscando melhorar ainda mais a imagem do judiciário piauiense junto à sociedade, especialmente junto às pessoas que batem, diariamente, às nossas portas em busca de uma Justiça célere e eficiente.

Nossos esforços buscam, acima de tudo, atender as demandas que o povo piauiense nos apresenta. Agindo com base nesta motivação acreditamos que estamos alinhados com a mais elevada missão atribuída ao Poder Judiciário, que é proporcionar justiça à sociedade.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Poder Judiciário do Estado do Piauí

MISSÃO	<p>Assegurar a pacificação social e a cidadania, por meio do amplo acesso à justiça e da razoável duração do processo.</p>	
VISÃO	<p>Ser reconhecido pela sociedade como instituição de credibilidade, independente e acessível, garantidora da adequada distribuição da justiça.</p>	
VALORES	Celeridade	Humanização do Atendimento
	Ética	Combate à Morosidade
	Eficácia	Sustentabilidade
	Participação	Resolutividade
	Inovação	Transparência

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



Este Plano de Gestão foi desenvolvido em consonância com as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 198/2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, e as Diretrizes dos gestores da atual administração, as quais tiveram como base a Estratégia Institucional do PJPI 2015-2020, aprovado por meio da Resolução PJPI nº 04/2015.

Compreende-se que para o alcance da estratégia institucional é preciso contar com a participação e o empenho de todas as unidades que compõem o PJPI.

DIRETRIZES PARA O BIÊNIO 2019/2020

A busca por resultados que se traduzam em melhoria efetiva dos serviços prestados à sociedade é o combustível que alimentará a próxima gestão do PJPI. Nesse sentido a gestão 2019/2020 se guiará pelas seguintes diretrizes:

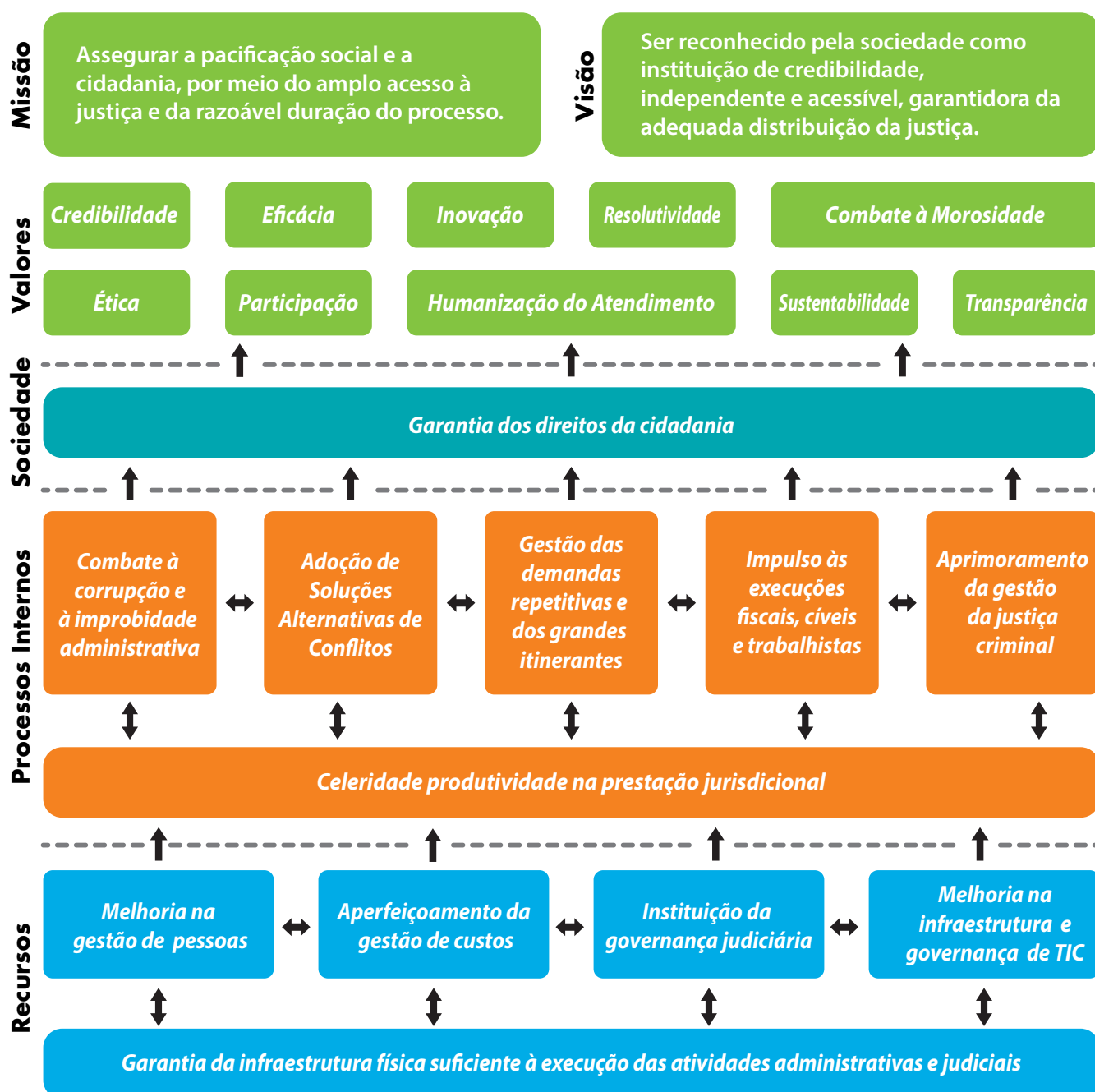
DO PONTO DE VISTA DA SOCIEDADE

- >> Buscar o aumento da produtividade
- >> Ampliar a utilização da mediação e da conciliação
- >> Ampliar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres

DO PONTO DE VISTA INTERNO

- >> Ampliar o uso de recursos informacionais
- >> Melhorar o clima organizacional
- >> Avançar na distribuição cada vez mais eficiente da força de trabalho
- >> Ampliar a segurança institucional de magistrados e servidores
- >> Agilizar a execução das obras de construção e reforma das instalações físicas
- >> Ampliar a eficiência da gestão orçamentária-financeira
- >> Melhorar a gestão de contratos
- >> Aprimorar o pagamento dos precatórios judiciais
- >> Atualizar a legislação que rege a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário Piauiense

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2015-2020



DEFINIÇÃO DOS MACRODESAFIOS

Garantia dos direitos de cidadania

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão eleitor, cidadão trabalhador produtor, cidadão consumidor e cidadão contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Adoção de soluções alternativas de conflito

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva Estratégia PJPI 2015-2020 33 dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do SERASA e SPC, entre outras ações.

Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento Estratégia PJPI 2015-2020 34 na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número

de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Melhoria da Gestão de Pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Instituição da Governança Judiciária

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Garantia de infraestrutura física suficiente para execução das atividades administrativas e judiciais

Visa implementar ações para melhorar as instalações físicas dos prédios do Poder Judiciário do Piauí, através de reformas, ampliações ou novas construções visando a excelência no atendimento ao público, melhores condições de trabalho e corrigindo as deficiências de infraestrutura imobiliária atualmente existentes.

EIXOS TEMÁTICOS

GOVERNANÇA

Ações que definem o direcionamento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

PRODUTIVIDADE

Ações que buscam promover o aumento da produtividade, resultando em melhoria do serviço prestado à sociedade.

TRANSPARÊNCIA

Ações que visam melhorar o acesso e a transparência das informações disponibilizadas ao cidadão.

EIXO TEMÁTICO: GOVERNANÇA

Ação: AVANÇAR

Definição: A ação busca elevar o escore do PJPI no âmbito do Prêmio CNJ de Qualidade, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, que visa o reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

Alinhamento Estratégico:

- >> Garantia dos direitos de cidadania
- >> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- >> Melhoria na gestão de pessoas
- >> Aperfeiçoamento da gestão de custos
- >> Instituição da governança judiciária
- >> Melhoria na infraestrutura e governança de TIC

ETAPA	RESPONSÁVEL
Normalizar o funcionamento da rede de governança colaborativa do PJPI	Presidência
Instituir a premiação "Mais Justiça" para estimular a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional em consonância com as metas externas e internas	
Capacitar gestores e servidores na sistemática de avaliação do Poder Judiciário	EJUD SEGES
Definir ações necessárias para que o PJPI alcance melhores patamares nas avaliações feitas pelo CNJ	Presidência Corregedoria SEGES
Desenvolver sistema de extração automática de indicadores	STIC
Elaborar relatório com análises estatísticas	SEGES

Ação: CAPTAR

Definição: A ação estratégica tem por objetivo desenvolver medidas de captação de recursos externos, melhorar a arrecadação própria, articular o crescimento orçamentário anual, fomentar convênios com recursos financeiros, de forma a atender o cumprimento das demais ações estratégicas do PJPI.

Alinhamento Estratégico:

- >> Instituição da governança judiciária
- >> Aperfeiçoamento da gestão de custos

ETAPA	RESPONSÁVEL
Captar recursos por meio de convênio e outras fontes	Corregedoria SECGER SOF
Articular, junto aos comitês e órgãos representativos de magistrados e servidores, prioridades para o orçamento anual do Poder Judiciário	Corregedoria SECGER SOF SEAD
Elaborar projeto de lei de REFIS	FERMOJUPI
Captar recursos por meio de doações de bens judicialmente apreendidos	Corregedoria SECGER SEAD SENA

Ação: ATUALIZAÇÃO DOS NORMATIVOS INSTITUCIONAIS

Definição: Esta ação tem por objetivo a atualização de normativos e organogramas do PJPI.

Alinhamento Estratégico:

>> Instituição da governança judiciária

ETAPA	RESPONSÁVEL
Elaborar uma nova Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (LC nº 3.176/1979)	Comissão Interinstitucional - Portaria Nº 547/2019
Elaborar um novo Regimento Interno do PJPI (Resolução nº 02/1987)	
Atualizar a Resolução da Superintendência de Licitações e Contratos (Resolução nº 19/2007)	SLC
Atualizar o organograma da Presidência	SECGER
Atualizar o organograma da Corregedoria	Corregedoria Vice-Corregedoria
Atualizar o Provimento 66/2009 da Corregedoria	Vice-Corregedoria
Atualizar o Código de Normas das Atividades Extrajudiciais	Vice-Corregedoria

Ação: PJPI OTIMIZADO

Definição: Esta ação visa oferecer uma prestação jurisdicional mais célere, objetivando a razoável duração do processo.

Alinhamento Estratégico:

- >> Instituição da governança judiciária
- >> Melhoria na gestão de pessoas
- >> Aperfeiçoamento da gestão de custos

ETAPA	RESPONSÁVEL
Confeccionar manual de atribuições das unidades administrativas	Corregedoria Vice-Corregedoria SECGER SEAD Comitê de Gestão de Pessoas – Portaria Nº 2480/2018
Mapear os processos de trabalho das unidades administrativa	
Implantar a gestão por competência	
Melhorar a distribuição da força de trabalho em consonância com a Res. CNJ n. 219/2016	Corregedoria SECGER SEAD Comitê de Gestão de Pessoas – Portaria Nº 2480/2018
Criação das Centrais de Mandados Regionalizadas e itinerantes	Corregedoria
Criação das Secretarias Unificadas Temáticas	Corregedoria

Ação: PJPI SUSTENTÁVEL

Definição: A ação visa promover o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e a redução do impacto das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, racionalizando métodos de trabalho e inserindo práticas sustentáveis em seu ambiente, com base na Resolução CNJ n. 201/2015.

Alinhamento Estratégico:

- >> Instituição da governança judiciária
- >> Aperfeiçoamento da gestão de custos

ETAPA	RESPONSÁVEL
Reduzir o consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas	NUSA
Distribuir canecas ou copos duráveis para o corpo funcional	
Disponibilizar copos ecológicos no âmbito do PJPI	
Ampliar a coleta seletiva	
Reduzir o uso de papel no âmbito do PJPI	
Implantar programa de higienização periódica de bebedouros	
Realizar campanhas de conscientização com a temática sustentabilidade	

Ação: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Definição: Compreende a valorização, satisfação e inclusão do capital humano do PJPI em ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional, bem como a promoção e preservação de sua saúde física e mental, com base nas Resoluções do CNJ n. 201/2015 e 207/2015.

Alinhamento Estratégico:

>> Melhoria da Gestão de Pessoas

ETAPA	RESPONSÁVEL
Implantar Ginástica Laboral, inicialmente, na sede do PJPI, prédio anexo e Fórum Cível e Criminal de Teresina	SUGESQ NUSA
Implantar sistema de acompanhamento do estado de saúde do corpo funcional do PJPI, de forma eletrônica, incluindo a relação e histórico de exames realizados	SUGESQ NUSA STIC
Expandir o Programa Vida Saudável por meio da promoção de campanhas de promoção e preservação da saúde física e mental do corpo funcional do PJPI	SUGESQ NUSA
Firmar parcerias com instituições que forneçam cursos voltados à qualidade de vida do corpo funcional (ex: educação financeira e educação alimentar)	SUGESQ NUSA
Promover o acompanhamento da saúde mental dos servidores	SUGESQ

Ação: MELHORIA DA ESTRUTURA FÍSICA DO PJPI

Definição: Esta ação visa melhorar as instalações físicas dos prédios do Poder Judiciário do Piauí, oferecendo melhores condições de trabalho e um atendimento ao público de maior qualidade.

Alinhamento Estratégico:

>> Garantia da infraestrutura física suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

ETAPA	RESPONSÁVEL
Concluir o novo Palácio da Justiça	SENA
Conclusão de obras em andamento	
Construção e reforma de fóruns	
Construção: nova Corregedoria, nova EJUD e auditório multiuso	
Reestruturar o arquivo judicial estadual	Presidência Corregedoria
Aprimorar a manutenção administrativa dos espaços físicos	Corregedoria

Ação: SELO DIGITAL

Definição: A presente ação visa concluir a implantação do Selo Digital, garantindo maior segurança nos atos praticados nas serventias extrajudiciais.

Alinhamento Estratégico:

- >> Instituição da governança judiciária
- >> Aperfeiçoamento da gestão de custos

ETAPA	RESPONSÁVEL
Finalizar a implantação do Selo Digital	FERMOJUPI
Proporcionar ampla divulgação à sociedade da nova forma de autenticidade dos atos registrares e notariais	Vice-Corregedoria

Ação: CAPACITAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Definição: Esta ação tem por objetivo a atualização de normativos e organogramas do PJPI.

Alinhamento Estratégico:

>> Instituição da governança judiciária

ETAPA	RESPONSÁVEL
Fomentar a educação telepresencial como forma de ampliar a oferta de serviços e diminuição de custos.	EJUD
Desenvolver competências essenciais para melhor prestação jurisdicional	
Promover pesquisas e debates sobre temas relevantes para o PJPI	
Estreitar o relacionamento com magistrados e servidores no intuito de melhor atender as demandas afetas à EJUD	
Aumentar a oferta de serviços que repercutam no cotidiano forense	
Elaborar plano de capacitação voltado para resultados	

Ação: AMPLIAÇÃO DO BI INSTITUCIONAL

Definição: Prover um conjunto de novos painéis para auxílio à tomada de decisão da Alta Administração e aprimoramento da extração de dados dos sistemas institucionais.

Alinhamento Estratégico:

>> Instituição da governança judiciária

ETAPA	RESPONSÁVEL
Desenvolver painel voltado ao gestor de metas	STIC
Desenvolver painel de lotação de pessoal (Res. 219/2016 e Res. 109 do PJPI)	
Desenvolver painel de medição de produtividade instantânea (Acelerômetro)	
Desenvolver painéis para Presidência	
Desenvolver painéis para Vice-Presidência	
Desenvolver painéis para Corregedoria	
Desenvolver painéis para Vice Corregedoria	
Desenvolver painéis para EJUD	

Ação: PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA

Definição: Esta ação engloba propostas que visam a elaboração e execução das políticas públicas relativas à Infância e Juventude no âmbito do Poder Judiciário do Piauí.

Alinhamento Estratégico:

- >> Garantia dos direitos da cidadania
- >> Instituição da governança judiciária
- >> Celeridade da produtividade na prestação jurisdicional
- >> Adoção de Soluções Alternativas de Conflitos

ETAPA	RESPONSÁVEL
Executar, conjuntamente com outros órgãos, o Plano Estadual de Atenção Socioeducativa	CEJIJ
Realizar mutirões de reavaliação de medidas socioeducativas	CEJIJ 2ª Vara da Infância e Juventude
Alimentar o Cadastro Nacional de Adolescente em conflito com a lei	CEJIJ
Instalar salas de depoimento especial	CEJIJ Presidência Corregedoria
Instalar, em parcerias com os municípios, núcleos regionais multiprofissionais	CEJIJ Corregedoria
Instalar Guichês para serviços de autorização de viagens nos espaços da rodoviária e do aeroporto de Teresina	CEJIJ Presidência Corregedoria
Instalar espaço da brinquedoteca e fraldário na 1ª Vara da Infância de Teresina	CEJIJ SENA
Realizar, conjuntamente com outros órgãos, cursos de adoção consciente	CEJIJ EJUD
Realizar, em parceria com os municípios, campanha de adoção legal	CEJIJ Corregedoria

ETAPA	RESPONSÁVEL
Realizar campanha de incentivo ao acolhimento familiar	CEIJ Corregedoria ASCOM
Realizar mutirões de audiências concentradas para reavaliar a situação processual de crianças e adolescentes em acolhimento familiar e institucional	CEIJ
Implantar, em parceria com outros órgãos, o Projeto "De volta pra casa" - Reintegração Familiar	CEIJ Corregedoria
Instalar, em parceria com outros órgãos, núcleo de Justiça restaurativa juvenil	CEIJ Corregedoria
Executar, em parceria com outros órgãos, o projeto "Fortalecimento da resistência infantojuvenil às drogas"	CEIJ
Instalar núcleo de conciliação específico da infância e juventude	CEIJ NUPEMEC
Executar, em parceria com outros órgãos, o Programa Teresina Protege	CEIJ
Realizar campanha de combate à violência contra crianças e adolescentes	CEIJ Corregedoria ASCOM
Realizar curso de capacitação para a formação inicial, continuadas e especializada de magistrados e servidores na área da Infância e Juventude	CEIJ EJUD
Realizar, em parceria com outros órgãos, seminário com a temática "Justiça e Primeira Infância"	CEIJ EJUD

Ação: CONCRETIZAR OS DIREITOS DE CIDADANIA

Definição: Garantir no plano concreto os direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão usuário dos serviços públicos, cidadão eleitor, cidadão trabalhador, cidadão produtor, cidadão consumidor e cidadão contribuinte, buscando atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias.

Alinhamento Estratégico:

- >> Garantia dos direitos da cidadania
- >> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- >> Adoção de soluções alternativas de conflito

ETAPA	RESPONSÁVEL
Fomentar o funcionamento do "Serviço Integrado Multidisciplinar - SIM" nos moldes do Provimento 12/2019, da Corregedoria Geral da Justiça	Corregedoria
Institucionalizar o projeto "Ressocializar para não Prender"	Presidência Corregedoria
Promoção de medidas de regularização fundiária através do Núcleo de Regularização Fundiária	Corregedoria

EIXO TEMÁTICO: PRODUTIVIDADE

Ação: DIGITALIZAR PARA AVANÇAR

Definição: Esta ação visa o aumento da produtividade e celeridade na prestação jurisdicional através da ampla utilização do processo judicial eletrônico, trabalho remoto, teletrabalho e unificação de secretarias judiciais.

Alinhamento Estratégico:

- >> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- >> Melhoria na infraestrutura e governança de TIC

ETAPA	RESPONSÁVEL
Concluir a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJ-e)	Presidência Corregedoria STIC
Digitalizar os processos judiciais físicos do 1º Grau e migrá-los para o Pje	Presidência Corregedoria
Digitalizar os processos judiciais físicos do 2º Grau e migrá-los para o Pje	Presidência NAUJ
Instalar unidades remotas de trabalho	Presidência Corregedoria
Ampliar o teletrabalho	Presidência Corregedoria

Ação: BAIXAR PARA AVANÇAR

Definição: Esta ação pretende difundir a cultura programada de baixas processuais, objetivando proporcionar a concentração de esforços na prolação de sentenças, com atenção especial aos processos antigos, efetivação de baixas processuais para dar continuidade ao trabalho de redução do estoque de processos, diminuição da Taxa de Congestionamento e aumento do Índice de Atendimento à Demanda controlando o tempo médio de duração dos processos pendentes.

Alinhamento Estratégico:

>> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

ETAPA	RESPONSÁVEL
Realizar a 1ª semana de baixa nas unidades judiciárias de 1º e 2º gaus	Corregedoria SEJU
Publicar relatório com os resultados da 1ª semana de baixa	SEGES
Realizar a 2ª semana de baixa nas unidades judiciárias de 1º e 2º gaus	Corregedoria SEJU
Publicar relatório com os resultados da 2ª semana de baixa	SEGES
Realizar a 3ª semana de baixa nas unidades judiciárias de 1º e 2º gaus	Corregedoria SEJU
Publicar relatório com os resultados da 3ª semana de baixa	SEGES
Realizar a 4ª semana de baixa nas unidades judiciárias de 1º e 2º gaus	Corregedoria SEJU
Publicar relatório com os resultados da 4ª semana de baixa	SEGES

Ação: CONCILIAR: SUA PRIMEIRA OPÇÃO

Definição: A consolidação de um tribunal multiportas é o ápice da concretização do princípio do acesso à justiça. Para tanto, a conciliação e a mediação servem como porta de entrada de uma demanda, a fim de solucionar o conflito de forma rápida, eficiente e menos onerosa.

Alinhamento Estratégico:

- >> Garantia dos direitos de cidadania
- >> Adoção de soluções alternativas de conflito

ETAPA	RESPONSÁVEL
Instalar "Balcões da Cidadania"	NUPEMEC
Instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Móvel (CEJUSC Móvel) no âmbito do PJPI	
Difundir a cultura autocompositiva	
Instalar salas de acolhimento para crianças	

Ação: MULHERES EM FOCO

Definição: A ação visa contribuir para o aprimoramento da estrutura e das políticas do Poder Judiciário na área do combate e da prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como para atuação de magistrados(as), servidores(as) e equipes multidisciplinares considerando a perspectiva de gênero na prestação jurisdicional, tendo como base a Resolução CNJ nº 254/2018.

Alinhamento Estratégico:

- >> Garantia dos direitos de cidadania
- >> Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- >> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

ETAPA	RESPONSÁVEL
Instalar mais unidade judiciária especializada em violência doméstica e familiar na capital	Presidência Corregedoria
Ampliar o número de comarcas com equipes multidisciplinares para atuar na área de violência doméstica e familiar	Presidência Corregedoria
Participar do Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa"	Coordenadoria da Mulher
Realizar, em parceria com outros órgãos, os Fóruns Piauienses de Juízas e Juizes de Violência doméstica e familiar contra a mulher do PJPI – FOPIVID	Presidência Corregedoria EJUD Coordenadoria da Mulher
Promover a formação inicial, continuada e especializada de juízes (as), servidores(as) e colaboradores(as), na área do combate e prevenção à violência contra a mulher, gênero, raça e etnia	Presidência Corregedoria EJUD
Fomentar ações para adequar a atuação do Poder Judiciário para consideração da perspectiva de gênero na prestação jurisdicional	Coordenadoria da Mulher EJUD
Dar prosseguimento ao Projeto "Mãos EmPENHADAs" contra a violência" junto às profissionais que atuam no setor de beleza na cidade de Teresina e implementá-lo nas 06 (seis) maiores comarcas do interior do Estado	Coordenadoria da Mulher

ETAPA	RESPONSÁVEL
Implantar, em parceria com outros órgãos, projeto de sensibilização junto ao público masculino que atua nos diversos setores de trabalho sobre a temática violência doméstica e familiar contra a mulher	Coordenadoria da Mulher
Instituir a Medalha de Mérito do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Piauí	Presidência
Ampliar parcerias com instituições de ensino superior, objetivando a prestação de serviços de apoio técnico especializado	Presidência
Desenvolver, em parceria com outros órgãos, o Projeto "Tecer a Rede" nas 06 (seis) maiores comarcas do interior do Estado	Presidência Coordenadoria da Mulher
Firmar parceria para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar em programas de qualificação profissional	Presidência Coordenadoria da Mulher

Ação: JUSTIÇA ITINERANTE

Definição: Aproximar o Judiciário do cidadão, proporcionando um acesso rápido e eficiente à Justiça.

Alinhamento Estratégico:

- >> Garantia dos direitos de cidadania
- >> Adoção de soluções alternativas de conflitos
- >> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

ETAPA	RESPONSÁVEL
Implantar conduta proativa da Superintendência da Justiça Itinerante com foco no público-alvo	Justiça Itinerante
Realizar mutirões da Justiça Itinerante	
Ampliar o Projeto “Eu Tenho Pai”	

EIXO TEMÁTICO: TRANSPARÊNCIA

Ação: PJPI TRANSPARENTE

Definição: A informação deverá ser clara para todos, assim será garantido o direito de acesso como ponte para um ambiente de confiança entre o PJPI e a sociedade. Com a obtenção da informação, a cidadania tende a ser exercida de forma mais completa, permitindo controle justo e percepção objetiva.

Alinhamento Estratégico:

>> Instituição da governança judiciária

ETAPA	RESPONSÁVEL
Elaborar plano de comunicação institucional	ASCOM
Planejar ações de comunicação de cada projeto estratégico	SEGES ASCOM
Realizar oficinas para capacitar os gestores na comunicação	EJUD ASCOM
Melhorar o Portal da Transparência e a qualidade das informações disponibilizados ao público	SCI
Otimizar o sítio eletrônico da Vice-Corregedoria para conter informações essenciais ao cidadão	Vice-Corregedoria

